Art. 3.º Os autos organizados em virtude de actos de indisciplina cometidos pelo pessoal dos correios e telégrafos antes e durante a cessação do trabalho serão entregues, depois de finalizadas as investigações, ao magistrado judicial membro da comissão a que se refere o artigo anterior, o qual sobre elles dará parecer, remetendo-os depois ao Ministro do Comércio e Comunicações para efeito de aplicação de penas, nos termos do decreto n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 24 de Maio de 1924.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*Álvaro Xavier de Castro—Alfredo Ernesto de Sá Cardoso—José Domingues dos Santos—Américo Olavo Correia de Azevedo—Fernando Augusto Pereira da Silva—Domingos Leite Pereira—Nuno Simões—Mariano Martins—Helder Armando dos Santos Ribeiro—Júlio Ernesto de Lima Duque—Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 9:723

Sob proposta dos Ministros das Finanças e da Agricultura, com fundamento no § 4.º do artigo 59.º do decreto n.º 7:027, de 15 de Outubro de 1920: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

São transferidas das verbas inscritas no capítulo 2.º, artigo 6.º, e no capítulo 15.º, artigo 39.º, do orçamento do Ministério da Agricultura aprovado para o ano económico de 1923-1924 as quantias de 300\$ e 2.920\$68 para o orçamento do Ministério das Finanças aprovado para o aludido ano económico, devendo a importância de 300\$ reforçar a verba inscrita no capítulo 8.º, artigo 31-C, sob a rubrica «Pessoal transferido do Ministério da Agricultura», e a de 2.920\$68 a verba inscrita no capítulo 22.º, artigo 91.º, sob a rubrica «Melhorias de vencimentos, ajudas de custo de vida e quaisquer outros abonos extraordinários», a fim de ocorrer ao pagamento dos vencimentos e respectivas melhorias, no actual ano económico, aos terceiros oficiais do quadro especial Estevão Luís Tavares e Laurinda Augusta Garcia, a partir de Abril, inclusive, do corrente ano.

O Presidente do Ministério e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 24 de Maio de 1924.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*Álvaro Xavier de Castro—Alfredo Ernesto de Sá Cardoso—José Domingues dos Santos—Américo Olavo Correia de Azevedo—Fernando Augusto Pereira da Silva—Domingos Leite Pereira—Nuno Simões—Mariano Martins—Helder Armando dos Santos Ribeiro—Júlio Ernesto de Lima Duque—Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 4:053

Atendendo à conveniência de regular as relações entre o Comando Geral da Armada e os diversos organismos

do Ministério da Marinha que lhe são estranhos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que se observe o seguinte:

Sempre que se trate de nomeações, exonerações ou transferências de pessoal servindo em organismos que não dependam do Comando Geral da Armada dever-se há proceder a prévio entendimento entre o Comando Geral da Armada e os chefes superiores desses organismos e caso não cheguem a acôrdo será o seu soluçionamento sujeito a decisão do Ministro da Marinha, fazendo depois o Comando Geral da Armada as necessárias requisições.

Quando o comando do corpo de marinheiros tiver de efectuar nomeações ou transferências de sargentos ou praças da armada, respeitantes a serviços estranhos ao Comando Geral da Armada, fá-las há sempre por intermédio do Comando Geral da Armada.

Quando as estações estranhas ao Comando Geral da Armada necessitem de requisitar qualquer pessoal àquele Comando Geral, terão previamente entendimento com aquela entidade, fazendo depois a necessária requisição.

No caso de haver desacôrdo será o seu soluçionamento sujeito à decisão do Ministro da Marinha.

Depois de recebidas as respectivas requisições, em conformidade com o que nesta portaria vai estabelecido, cumpre aos chefes superiores dos organismos de que elles dependem ordenar a mudança de situação do pessoal.

Paços do Governo da República, 24 de Maio de 1924.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva.*

Intendência de Marinha

Repartição dos Departamentos Marítimos

Secção da Marinha Mercante

Rectificação

No decreto n.º 9:704, de 21 de Maio corrente, publicado no *Diário do Governo* n.º 112, 1.ª série, da mesma data, no artigo 8.º, onde se lê: «Cabo do mar de 1.ª classe, patrão-fogueiro e *chauffeur* com mais de quinze anos de bom e efectivo serviço—equiparados a operários de salário mínimo», leia-se: «Cabo do mar de 1.ª classe, patrão, fogueiro e *chauffeur* com mais de quinze anos de bom e efectivo serviço—equiparados a operários de salário máximo», e no § 1.º do artigo 20.º, onde se lê: «sendo abolido para todas as demais da tabela anexa», leia-se: «sendo abolido para todas as verbas da tabela anexa».

Intendência de Marinha, 23 de Maio de 1924.—Pelo Intendente de Marinha, *Jorge Fradesso de Salazar Moscoso*, capitão de mar e guerra.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

De ordem superior se faz público que segundo comunicação da Legação Britânica, de 20 do corrente, o Estado Livre da Irlanda e o Território da Tanganica deram a sua adesão à Convenção Internacional Radiotelegráfica de Londres, de 5 de Julho de 1912, respectivamente em 22 de Abril e 5 de Março de 1924.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 21 de Maio de 1924.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares.*